

RECRIANDO A FUNÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Gilberto de Oliveira Moritz *

Luiz Abner de Holanda Bezerra **

Hans Michael van Bellen ***

RESUMO

A emergência da variável ambiental, como diferencial competitivo das organizações do terceiro milênio, estimula positivamente a recriação da função financeira. A construção de um bom passivo tem como pressupostos básicos a antecipação, o reconhecimento e o gerenciamento dos riscos financeiros como forma de sustar multas e outras sanções previstas na legislação. O gestor financeiro, portanto, em um mundo globalizado, em que a variável econômica é preponderante, deverá estar consciente da transcendência de suas novas funções. O conteúdo específico destas não deverá ser relegado a um segundo plano, mas ajustar-se a uma nova realidade na qual a recriação da função financeira é um imperativo, e a emergência da variável ambiental um catalizador positivo desta mudança.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças, globalização, meio ambiente.

ABSTRACT

The emergence of the environmental variable, as a competitive differential of third millennium organizations, stimulates positively the financial function recreation. The building of sound company assets has as its basic presupposition the anticipation, recognition and management of financial risks as a way to avoid fines and other sanctions stated in the legislation. Financial administrators, in a globalized world in which the economic variable is preponderant, should be aware of the transcendence of their new functions. The specific content of these functions should not be relegated to the background but, instead, be adjusted to a new reality in which the recreation of the financial function is an imperative and the emergence of the environmental variable is a catalyst for the change.

KEY WORDS

Finance, globalization, environment.

INTRODUÇÃO

É geralmente aceito que a Administração Financeira seja o fio condutor de toda administração de empresas. Naturalmente, sua importância tem crescido muito nos últimos anos,

* Mestre em Administração, Professor e Chefe do Departamento de Ciências da Administração da UFSC. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas da UFSC.

** Mestre, Consultor na área de Finanças e Meio Ambiente. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas da UFSC.

*** Mestre em Administração, Consultor nas áreas de Finanças e Meio Ambiente. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas da UFSC.

tendo em vista o contexto da globalização. Neste ambiente, os fluxos financeiros que se deslocam pelo mundo são os provocadores maiores, ao lado da tecnologia e da informação, das grandes transformações que se sucedem em nosso planeta. Alguns pensadores econômicos e sociais chegam a dizer que o processo de globalização da economia, nos diversos países do mundo, está afetando a biodiversidade do planeta, ou seja, nossos recursos naturais, em razão da acelerada destruição que sofreram por conta do desenvolvimento econômico ocorrido neste século. O exemplo claro desta situação é a água, cada vez mais escassa e vulnerável à ação destrutiva do ser humano; ela converteu-se neste início de milênio, em recurso estratégico e determinante de prováveis novos conflitos.

É neste contexto que se desenvolvem e atuam as organizações públicas e privadas, por meio de seus modelos de gestão, cujo elemento principal de planejamento, decisão e controle é o administrador. O mesmo tem dentro de si o conhecimento dos diversos segmentos que compõem a ciência da administração, mas que no seu plano central tem como principal respaldo a administração financeira, cujos múltiplos inter-relacionamentos serão abordados neste artigo. Neste sentido, a primeira parte deste trabalho desenvolverá uma síntese histórica da globalização; a segunda, revisita a função financeira na empresa, e a terceira comenta a emergência da variável ambiental e seus reflexos sobre a vida das organizações. Por fim, este artigo objetiva criar um clima de inquietude que possibilite àqueles inseridos no mundo dos negócios repensar a função financeira e suas vinculações com o contexto globalizado e competitivo e com a emergência da variável ambiental.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização, por ser um processo multifacetário, suscita as mais variadas interpretações e cria um clima de inquietude, muito particularmente naquelas populações que nele estão diretamente envolvidas. Por um lado, a população emergente ao mercado de trabalho, e por outro, aquela que já se encontra no mercado e defende as suas posições, isto é, os seus empregos. Dentre estas multifaces destacam-se: a política, a social, a econômica, a espacial e a ecológica (ambiental). As faces mais exploradas são, evidentemente, tanto no meio acadêmico quanto na mídia, a política, a econômica, a ecológica e a social, esta pela crescente exclusão decorrente daquelas. Questiona-se o papel do Estado e observa-se uma crescente submissão das questões sociais às questões econômicas, gerando o que Meszáros (1995), denominou Sistema de Metabolismo Social do Capital e seu Sistema de Mediações:

"O Sistema de Metabolismo Social do Capital nasceu como resultado da divisão social do trabalho, que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica, que subsume o trabalho ao capital. Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecidos. Um sistema de mediações de segunda ordem sobredeterminou suas mediações primárias básicas, suas mediações de primeira ordem".

Por outro lado, ao elaborar o manifesto do partido comunista, Marx e Engels (1848), assim se reportaram às mudanças estruturais que àquela época já se faziam sentir:

"A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. (...) Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado (...). Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas

mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países".

Alguns fatos históricos tiveram relevância e, porque não dizer, são de transcendental importância para o entendimento da evolução do processo de globalização, dentre os quais pode-se destacar: a colonização das Américas (séculos XV e XVI) e o monopólio das companhias de comércio holandesas, em um primeiro estágio; a primeira revolução industrial e os investidores internacionais (Grã Bretanha, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos da América) constituindo um segundo estágio; e um terceiro estágio, que corresponde ao período do pós-guerra (1939-1945). No terceiro estágio, teve-se como fato de grande importância a Conferência de Bretton Woods (1944), na qual os Estados Unidos da América e os aliados europeus estabeleceram um sistema internacional de câmbio ancorado no dólar, este lastreado no ouro. O dólar, portanto, passou a ser usado como moeda de referência para o intercâmbio internacional. Neste período, igualmente, surgiram os organismos internacionais de financiamento, ou seja, as instituições intergovernamentais cujos objetivos eram conceder e gerenciar empréstimos internacionais que evitariam crises localizadas. Este foi, portanto, o processo de concepção de organizações como o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução Mundial. No início da década de 1970, ou mais precisamente, em 1972, durante o governo do presidente Richard Nixon, a paridade entre o dólar e o ouro foi desfeita e a moeda americana passou a flutuar de acordo com a lei da oferta e da procura, apresentando ciclos de valorização e desvalorização frente as moedas européias e ao iene japonês.

Concomitantemente a estes movimentos no cenário macroeconômico, dos fins da década de 1960 e do início da década de 1970, assiste-se ao nascimento da Inteligência Natural (psicologia cognitiva) e a Inteligência Artificial (a informática). Conseqüentemente, o surgimento de um novo fator de produção, o conhecimento, dava início à sociedade pós-industrial e/ou do conhecimento, cujo recurso estratégico é a informação. É importante, portanto, na transição da sociedade industrial, (cujo recurso estratégico é o capital), para a sociedade pós-industrial, que fique clara a diferenciação entre capital e capitalismo. O capitalismo teve sua origem no âmbito do comércio, ou seja, a acumulação de capital desenvolveu-se, inicialmente, por meio da troca de mercadorias, estas produzidas por artesãos, camponeses ou escravos. Aquela época a circulação de mercadorias estimulava a integração das economias mercantilistas e, conseqüentemente, dos territórios horizontais. Mészáros (1995), assim se expressa com relação à diferença entre capital e capitalismo:

"capital e capitalismo são fenômenos distintos, e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas neste século, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapazes para superar o sistema de metabolismo social do capital, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital. Este antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capitalismo mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, por meio do sistema de capital pós-capitalista, que teve vigência na URSS e demais países do Leste europeu, durante várias décadas deste século XX".

Segundo Santos (1998): "a arena da oposição entre o mercado - que singulariza - e a sociedade civil - que generaliza - é o território, em suas diversas dimensões e escalas". Ainda segundo o mesmo autor: "o território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos. Cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres

permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto. A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente, e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais. Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumenta a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo".

Neste contexto, é possível situar as questões ligadas ao capital como tendo um processo evolutivo, que vai de 1860 a 1910, período no qual predominou o capital de origem industrial. O período seguinte, que se estende de 1910 a 1980, caracterizou-se pelo fortalecimento do sistema bancário, e de 1980 em diante, a proeminência dos fundos de pensão. Portanto, a função financeira inserida no momento atual, em que predominam novas tecnologias, e consolida-se a sociedade do conhecimento (pós-industrial), carece de ser redesenhada e, porque não dizer, recriada.

REVISITANDO A FUNÇÃO FINANCEIRA

Considerando-se que o processo de globalização na sua dimensão financeira repercute na vida da empresa, necessário se faz revisitar a função financeira à luz deste novo paradigma. Qualquer empresa, de grande ou de pequeno porte, sob a ótica das finanças, pode ser descrita como um sistema de relações financeiras e de movimentos de caixa acionados por uma múltipla gama de decisões ou funções financeiras. Com base nesta afirmação, devemos destacar que o administrador financeiro, para resolver os problemas da empresa, precisa estar capacitado para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea, em menos tempo e com o maior impacto possível. Para realizar esta tarefa, ele deverá dispor de uma abordagem sistemática de trabalho atualizada, cujas fronteiras são definidas por três dimensões básicas. A teoria financeira define estas dimensões como decisões financeiras e seus respectivos postulados, fundamentais para a compreensão da logística financeira de qualquer negócio.

São três as áreas de decisões da administração financeira:

- *Decisões de financiamento;*
- *Decisões de investimento;*
- *Decisões operacionais.*

Estas áreas se inter-relacionam continuamente, em face da dinâmica dos negócios, pois cada uma dessas decisões, em essência, causam impactos econômicos e sociais, para melhor ou para pior, na vida da empresa. É importante frisar que o principal objetivo financeiro de uma empresa é a maximização da riqueza dos seus proprietários, ou seja, toda a ação do gestor financeiro deve levar em conta a criação de valor econômico aos detentores do capital.

Segundo Helfert (2000), a geração de lucro para o acionista, em última instância, depende de uma administração apropriada dessas áreas básicas de decisão, comuns a todas as organizações. Algumas decisões são fundamentais, como o caso do investimento numa nova planta industrial, pois geram dívidas elevadas para o futuro. Outras são decorrentes do dia-a-dia operacional da empresa, como é o caso da compra de estoques. Comum a todas essas decisões é o conceito de compensação econômica, que deve ser objeto de reflexão antes de cada decisão, ou seja, a análise da relação entre os

custos e os benefícios monetários e os riscos e retornos envolvidos no processo.

Na perspectiva financeira dos negócios, podemos definir cada decisão (função) conforme Sanvicente (1987):

- Decisão de financiamento: o que se deseja, desta função, é definir e alcançar uma estrutura ideal de passivos (fontes de recursos), dada uma determinada composição de investimentos (estrutura de ativos).
- Decisão de investimento: consiste num conjunto de decisões visando dar à empresa a estrutura ideal em termos de ativos permanentes e circulantes para que os objetivos do negócio sejam atingidos.
- Decisão operacional: dirigir todas as operações financeiras da empresa de maneira rentável, mediante compensações adequadas e o uso eficiente de todos os recursos alocados na organização. Seu resultado prático, reflete-se na utilização (destinação) a ser dada ao lucro da firma (o que deverá ser retido para preservar sua capacidade de liquidez (X), o que deverá ser distribuído como forma de remunerar os proprietários distribuição de lucros ou de dividendos).

Em síntese, dentro do contexto econômico, globalizado e competitivo, os bons resultados gerais da empresa e a sua conseqüente geração de valor, dependem de estruturas adequadas, flexíveis e eficazes de financiamentos, investimentos e de operações.

a) A decisão de financiamento e seus postulados básicos

Conforme tivemos oportunidade de descrever acima, esta decisão envolve a melhor formação de um passivo para a firma (fontes de recursos), e seus desdobramentos envolvem os seguintes conceitos:

- *Estrutura financeira ou nível de endividamento* - trata-se de planejar a melhor composição de um passivo empresarial, entendendo que esta estrutura financeira é composta de capitais de terceiros de curto e longo prazos (passivo circulante e passivo exigível a longo prazo) e de capitais próprios (patrimônio líquido). O endividamento, conforme Assaf Neto e Martins (1985), tem duas teorias explicativas: a primeira, chamada de tese tradicional, entende que é possível uma empresa alcançar uma estrutura ótima de financiamento (de capital), na qual minimizaria o seu custo e ajudaria a maximizar sua riqueza; a segunda é a tese de Modigliani e Miller, contrariamente à tese tradicional, que o custo de um passivo é totalmente independente de sua estrutura financeira (ou de capital), ou seja, não existe uma estrutura ótima entre estrutura e custo;
- *Estrutura de capital* - são as fontes de recursos financeiros mais constantes e permanentes que financiam as operações da empresa. Elas estão representadas pelo passivo exigível a longo prazo e pelo patrimônio líquido. Normalmente, seus recursos são investidos nos ativos de longo prazo da organização, configurados pelos ativos realizável a longo prazo e permanente;
- *Princípio da correspondência cronológica dos recursos financeiros* - é importante que o administrador financeiro entenda que a gestão financeira está subdividida em dois campos operacionais: gestão de curto prazo e de longo prazo. A gestão financeira de curto prazo engloba as formações de ativo e passivo circulantes, enquanto que a gestão financeira de longo prazo envolve os ativos realizável a longo prazo e permanente, e os passivos exigível de longo prazo e o patrimônio líquido. Este princípio nos informa que os recursos (fontes) de curto prazo devem financiar operações de curto prazo (ativos e passivos circulantes se inter-relacionam) e, recursos de longo prazo devem financiar operações de longo prazo (ativos realizável a longo prazo e permanente se inter-relacionam com os passivos exigível e patrimônio líquido). Esta constatação leva o administrador

- financeiro ao entendimento da cronologia (tempo) dos fluxos monetários que envolvem as decisões financeiras de uma firma;
- **Risco financeiro** - um dos conceitos mais importantes do estudo da estrutura financeira é o de risco financeiro. O risco financeiro ou a variabilidade dos retornos para os proprietários do capital, é determinado, além do risco econômico (empresarial) subjacente, pelo uso relativo de capital de terceiros (passivos circulante e exigível longo prazo), ou seja, pelo uso de recursos que exigem uma remuneração fixa (taxa de juros) e prioritária (a despesa financeira, na demonstração de resultados do exercício, vem estruturada primeiro no processo de dedução das receitas da empresa. Só após esta diminuição é que se dá a seqüência à apuração do lucro) em relação à remuneração dos proprietários da empresa;
 - **Custo de capital** - Uma das questões mais controversas em administração financeira diz respeito ao relacionamento entre a estrutura das fontes de financiamento da empresa e o custo total dos recursos por ela utilizados. Já tivemos a oportunidade de nos referir ao assunto quando abordamos o nível de endividamento. Agora nos interessa identificar os custos de uma dada estrutura financeira (passivo total) de uma empresa. Os mesmos podem ser divididos em: custo de capital de terceiros (CKT) vinculados aos passivos circulante (empréstimos para capital de giro) e exigível de longo prazo (financiamentos e debêntures), custos de capital próprio (CKP) associados aos recursos que transitam pelo patrimônio líquido da firma (capital social, reservas e lucros). O conjunto dos custos de terceiros e próprios, ponderados pelos seus respectivos valores, nos leva ao conceito de custo médio ponderado de capital (CMPK). O CMPK é o custo presente das atuais estruturas financeiras das empresas (seus passivos totais). Qualquer estudo ou planejamento que envolva o ingresso de novas fontes de recursos financeiros (seja próprio ou de terceiros) com composição diferenciada de custo, nos levará a um novo custo, chamado custo marginal de capital (CMARK) ou custo futuro de uma nova estrutura planejada de financiamento (um novo passivo total);
 - **Alavancagem financeira** - O princípio da alavancagem financeira está associado ao fato de que o retorno do capital dos sócios deve ser superior ao retorno sobre os ativos da empresa, em razão do uso de capital de terceiros para financiar parte desses ativos. Além disso, o retorno sobre o capital próprio deve ser superior ao custo que a empresa paga pelo uso do capital de terceiros obtidos (Sanvicente, 1987). Destaque-se que, ao longo do tempo econômico de uma empresa (ciclo de vida), o custo de capital de terceiros é menor do que o custo de capital próprio, visto o primeiro ser fixo, temporário e inferior ao do capital próprio (custo de capital de terceiros representa para a empresa despesas financeiras e o custo de capital próprio representa retorno para os acionistas). Concluindo, poderíamos dizer que a alavancagem financeira pode ser favorável (positiva) quando a taxa de retorno para o acionista é maior do que o seu custo de capital ($TRI > CMPK$), e desfavorável (negativa) quando a taxa de retorno for inferior ao seu custo de capital ($TRI < CMPK$).

A compreensão de todos estes postulados da decisão de financiamento permitem ao gestor financeiro uma ótica mais adequada e flexível dos instrumentos financeiros disponíveis, facilitando a redução de custos e a obtenção de economias de escala, indispensáveis ao crescimento da empresa nestes tempos turbulentos que estamos vivenciando.

b) A decisão de investimento e seus postulados básicos (conceitos)

Neste tópico, procura-se encontrar uma estrutura ótima de ativos de uma empresa, com objetivo de atenuar o seu risco econômico e possibilitar o equilíbrio entre a liquidez e a rentabilidade.

- *Liquidez X Rentabilidade* - o administrador vive na empresa um grande dilema: o equacionamento da liquidez e os investimentos objetivando o aumento da sua rentabilidade. A liquidez deve ser satisfatória para proporcionar uma disponibilidade de recursos com vistas ao enfrentamento dos compromissos a pagar e, ao mesmo tempo, distribuir estes recursos em outros ativos que venham a proporcionar maiores lucros futuros. A rentabilidade a ser alcançada expressa-se no aumento de receitas, proporcionadas por um determinado investimento, superiores ao volume de custos e despesas decorrentes desse mesmo investimento. Essa rentabilidade auferida transforma-se numa situação de lucratividade futura, aumentando a taxa de retorno dos sócios da organização. Apesar de no passado estes objetivos serem considerados meios antagônicos, hoje concientiza-se os gestores financeiros para a necessidade de termos, nas empresas, liquidez e rentabilidade satisfatórias. Por definição, a liquidez da empresa esta relacionada aos ativos circulantes e a rentabilidade com os ativos permanentes (principalmente os investimentos no imobilizado);
- *Gestão do ativo circulante* - o ativo circulante (capital de giro) tem uma participação relevante no desempenho operacional das empresas, representando mais da metade de seus ativos totais investidos. Segundo Assaf Neto e Silva (1998), uma gestão inadequada do capital de giro resulta em sérios problemas financeiros, contribuindo para a formação de uma situação de insolvência da firma. Administração do capital de giro envolve os seguintes aspectos:- capital de giro bruto que representa o ativo circulante; capital de giro líquido, determinado pela diferença entre AC PC (passivo circulante); capital de giro amplo, gestão do ativo e passivo circulante. Alguns autores enfocam esta gestão, esclarecendo o seguinte: a empresa deve investir no giro enquanto o retorno marginal dos ativos circulantes se mantiver acima do custo dos recursos alocados para o seu financiamento;
- *Risco econômico ou empresarial* - chamamos de risco econômico a incerteza relativa dos resultados da empresa, tendo em vista os padrões de oscilações característicos das atividades econômicas. Estas oscilações estão vinculadas ao contexto econômico competitivo, o setor de atividade onde esta inserida a empresa (agrícola, industrial, comercial ou de serviços), o tipo de operação que executa (transformação e/ou distribuição), a natureza do produto (bem de consumo não-durável, bem de produção, agenciamento de serviços, etc.) e as características de sua procura (por exemplo: sofre o produto ou serviço de variações sazonais ou cíclicas). O risco empresarial está diretamente vinculado à formação dos ativos da empresa, donde se presume que o administrador financeiro precisa estar atento às decisões de investimento na empresa, desde as mais comuns até às mais sofisticadas operações que venham acontecer neste campo. É indispensável destacar que qualquer decisão de investimento, presume-se uma arquitetura semelhante no lado da decisão de financiamento;
- *O retorno sobre o investimento dos ativos* - a TRI ou ROI, como os americanos denominam o modelo DuPont de análise de investimento, é um instrumento indispensável na análise dos recursos aplicados nos ativos da empresa, relacionando suas operações com os resultados obtidos nas suas receitas, após deduzidos os seus custos e despesas. Sua formula básica é sumariada pela divisão entre o lucro líquido disponível e os ativos totais médios de uma empresa. Seu resultado final deve ser objeto de comparação entre o retorno obtido e o custo dos recursos, objetivando, também, analisar se existe o efeito da alavancagem financeira ou seja $RIA / ROI > ou <$ que o custo de capital (CMPK).
- *O investimento de capital* - este item aborda a seleção mais adequada dos ativos de longo prazo e a agregação de recursos em cada um dos seus componentes. Normalmente, são os investimentos efetuados no ativo permanente imobilizado das empresas, cujo objetivo principal é o de aumentar a rentabilidade desses ativos. A rentabilidade é um conceito operacional relacionado

com a produção ou criação de novas riquezas. Os recursos alocados para o investimento de capital têm sua origem na estrutura de capital da firma. A análise do investimento processa-se através da seleção de alternativas, com base nos estudos de risco e retorno e análise de sensibilidade. Esses dois estudos nos dirigem para os seus instrumentos aplicativos principais que são os métodos de avaliação de alternativas de investimentos. Dentre os mais aplicados destacamos os seguintes: período de recuperação do investimento (Pay-back), valor presente líquido ou valor atual (VPL OU VAL) e o método da taxa de retorno interna (TRI). Todos são métodos que procuram selecionar e classificar propostas de investimento de capital na empresa.

c) A decisão operacional

Neste ponto, os objetivos principais passam por focar a utilização efetiva dos recursos financeiros dentro de princípios estratégicos previamente definidos pela empresa. Segundo Helfert (2000), isso requer selecionar o mercado alvo e fixar políticas adequadas de preços e serviços que sejam competitivas para satisfazer as necessidades dos clientes e que se baseiem nas competências essenciais da firma. Portanto, é uma decisão que envolve custos (fixos e variáveis), volume, preços e lucro. A obtenção de lucro é resultado das receitas obtidas no mercado. Estas sofrem a interferência dos preços relativos, da concorrência e da competência da empresa no trato com seus custos e despesas.

● Políticas de distribuição de lucros: pagamento de dividendos X retenção de lucros - dentro do tema decisões operacionais, o principal postulado é representado pela necessidade de otimizar uma política de lucros que contemple, ao mesmo tempo, a remuneração dos proprietários da empresa e preserve a sua capacidade de liquidez, entendendo que paga-se o lucro do passado com as disponibilidades do presente. A decisão de reter ou distribuir o lucro líquido é competência dos sócios ou acionistas da firma. Em finanças, dois pontos geram a maior controvérsia: o efeito da política de dividendos sobre o valor da ação e a comparação entre dividendos presentes versus dividendos futuros (remunerar X reter).

Contextualizando esta revisão da função financeira da empresa, fundamentada em três decisões básicas financiamento, investimento e fatores operacionais, podemos dizer que o administrador financeiro deve ater-se a essas decisões como fundamentais no processo permanente que permeia sua gestão. Por outro lado, levando em consideração que a sustentabilidade ambiental tem como enfoques: o social, o econômico, o político, espacial e o ecológico, ao administrador financeiro do terceiro milênio é reservada uma grande missão: compatibilizar a estrutura financeira da organização com os investimentos em tecnologias que limpem o processo produtivo e que referendem o compromisso desta organização com a preservação da vida no planeta terra. Passivos ambientais são gerados no cotidiano, em razão das empresas não conceberem suas estruturas financeiras em sinergia com a estrutura de produção, objetivando a limpeza do processo produtivo através de tecnologias disponíveis no mercado. Pode-se afirmar que uma forma de desenvolver uma relação construtiva compatível com o processo de globalização em curso, seria colocar como um dos objetivos da organização a preservação do meio ambiente.

A EMERGÊNCIA DA VARIÁVEL AMBIENTAL

Os instrumentos existentes de gestão ambiental podem ser divididos em dois grupos principais: os que ocorrem por exigência legal (obrigatórios) e os de aplicação voluntária, como o

sistema de gerenciamento ambiental proposto pela ISO, e as metodologias utilizadas no auxílio para tomada de decisão, como a análise custo benefício.

Os principais instrumentos legais de gestão ambiental atualmente no Brasil são o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), decorrentes da Política Nacional do Meio Ambiente de Agosto de 1981. Entretanto, só a partir da resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em Janeiro de 1986, é que foram estabelecidas as definições, responsabilidades e diretrizes para a utilização destes instrumentos.

Considerando os instrumentos voluntários, a inspiração na incorporação destes novos valores dentro da indústria foi a ISO 9000, que se constitui em um conjunto de normas inicialmente preocupada com a qualidade dos produtos. Um dos fatores importantes na escolha desse sistema como base para um novo, no que diz respeito à gestão ambiental, é a credibilidade que a ISO 9000 assumiu dentro do mercado. A partir disso surgiu a idéia de condensar as práticas positivas de gestão ambiental dentro de um conjunto de normas que podia ser auditada e certificada.

Em 1991, a ISO estabeleceu um grupo (Strategic Advisory Group on the Environmental) para um estudo sobre as normas internacionais que tratam do meio ambiente. Como referência, este grupo utilizou a BS 7750 e outros padrões internacionais. Esse estudo resultou na formação do Comitê Técnico 207 (TC 207), e no início da formulação da série ISO14000.

Embora o grupo formado pela ISO se inspirasse fortemente na norma inglesa BS 7750, o resultado final da norma atendeu mais aos interesses de outros países fora do Continente Europeu, como Japão e Estados Unidos, que viam no modelo inglês uma prescrição exagerada e um impedimento para o livre comércio. Como consequência, as normas da série ISO14000 são consideradas bem mais brandas do que sua fonte de inspiração, a BS 7750 (Cajazeira, 1997).

Em 1994, foi criado no âmbito da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) o Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (GANA), cujos objetivos são de acompanhar, analisar e subsidiar os trabalhos do TC-207 da ISO. Esse grupo é financiado com recursos do setor produtivo, e é composto por profissionais ligados aos mais diversos segmentos como empresas, universidades, organismos setoriais e outros.

Um Sistema de Gerenciamento Ambiental é definido, segundo a ISO 14001, como "a parte do Sistema de Gerenciamento Global que inclui a estrutura organizacional, o planejamento de atividades, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para o desenvolvimento, implementação, alcance, revisão e manutenção da política ambiental" (NBR ISO 14001: 1996).

Dentro de um contexto de pressões financeiras exercidas por organizações de financiamento, de uma legislação cada vez mais restritiva, e da demanda do próprio mercado consumidor, as empresas começaram a procurar se adaptar a esta nova consciência verde, de modo a incrementar seus negócios e melhorar seu desempenho ambiental.

As empresas reagiram de diferentes maneiras a essa mudança nas preferências dos consumidores e na legislação ambiental. Muitas ignoraram o que estava acontecendo, esperando que tudo passasse; outras afirmaram que as considerações ambientais iriam influenciar menos os consumidores do que a qualidade e o preço, e ainda aquelas que perceberam que o melhor era tomar atitudes, na forma de se adequar à produção de produtos ambientalmente corretos.

Essas últimas "saíram na frente" das outras porque não tiveram que incorrer em multas impostas pelo surgimento da legislação ambiental, e também ganharam a preferência do consumidor, que passou a pensar na sua saúde e qualidade de vida como um todo, estando dispostas a pagar um ágio por produtos considerados "verdes".(Cairncross, 1992).

Para fazer frente a essas pressões de mercado, com consumidores exigindo produtos, processos e serviços que não causem danos ao meio ambiente, não basta cumprir as leis impostas pelo

governo; é necessário que as empresas mantenham uma postura pró-ativa de combate à poluição.

Por esse motivo, algumas companhias começaram a se utilizar de instrumentos de gestão ambiental, procurando dar mostras ao mercado de que há uma efetiva preocupação para com o meio ambiente. Existem vários elementos que podem levar uma organização a preocupar-se com o meio ambiente. Alguns autores afirmam que a maioria dos fatores pode ser agrupada em quatro dimensões fundamentais, considerando os seguintes aspectos: a eficiência, a imagem, a oportunidade de Mercado ou a necessidade de conformidade com a legislação ambiental (Pearce, 1993).

Através da adoção de um Sistema de Gerenciamento Ambiental que se utiliza de normas internacionais harmonizadas com as nacionais e regionais, é possível promover o comércio internacional ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente. Além disso, as normas usadas são flexíveis, baseiam-se em desempenho, e são economicamente positivas.

As organizações que incorporam o SGA ao seu gerenciamento têm uma estrutura capaz de balancear e integrar interesses econômicos e ambientais, alcançando as melhores relações de custo e benefício que viabilizam e estimulam a utilização de tecnologias limpas e aprimoradas

Observar as empresas que implantaram Sistema de Gerenciamento Ambiental facilita para os consumidores a realização de seus investimentos, isto porque elas têm uma imagem de cuidado para com o meio ambiente frente ao público, e possuem uma postura séria perante seguradoras, o que promove a valorização de suas ações.

O movimento verde pode ser lucrativo, principalmente para aquelas companhias que produzem tecnologia para saneamento. Entretanto, sabe-se que quanto mais se fortalecem os padrões ambientais, quanto mais aproxima-se da emissão zero, menores são os retornos financeiros por cada acréscimo da redução da poluição.

As empresas cada vez mais vêm se preocupando com a possibilidade da ocorrência de acidentes ambientais, visto que além de multas e penalidades financeiras, elevação dos compromissos securitários, altíssimas indenizações, danificação da imagem pública, queda do valor de suas ações, também vêm ocorrendo penalidades civis como o encarceramento de diretores por desobediência às leis ambientais.

Apesar disso, os maiores incentivos para que as companhias adotem e apoiem uma política ambiental mais rígida é a promessa de abertura de mercados mais amplos no exterior, posto que as companhias desses países podem estar adotando padrões ambientais mais permissivos, e perderão competitividade frente ao consumidor.

A comunhão de princípios entre os fundamentos do processo globalizante, a gestão financeira e gestão ambiental da organização, é sem dúvida alguma um valor agregado e uma vantagem competitiva frente a um mercado dinâmico e um consumidor cada vez mais informado e, por conseguinte, exigente.

REFLEXÕES FINAIS

Em uma sociedade, em que o metabolismo social do capital se torna crônico, a recriação da função financeira é um imperativo e a emergência da variável ambiental, um catalisador positivo desta recriação. A concepção da estrutura financeira de uma organização da sociedade do conhecimento é, ao mesmo tempo, uma forma de antecipar, reconhecer e gerenciar o risco financeiro e uma forma de sustar o passivo ambiental decorrente de multas relativas a infrações às leis ambientais. Neste sentido o gestor financeiro deverá realizar um exercício de transcendência no qual as finanças continuem a permear o seu cotidiano, mas sob uma ótica ambiental e globalizante, quem sabe, recriando no futuro a função financeira sob a perspectiva de uma eco-gestão.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ASSAFNETO, A. & SILVA, César A. T. *Administração do capital de giro*. São Paulo: Atlas, 1998.
- CALLENBACH, E. et all. *Gerenciamento ecológico*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CAIRNCROSS, Frances. *Meio ambiente: custos e benefícios*. São Paulo: Nobel, 1992.
- COMISSÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.
- GROPPELLI, A. A. & NIKBAKHT, Ehsan. *Administração financeira*. São paulo: Saraiva, 1998.
- HELFERT, Erich A. *Técnicas de análise financeira*. Porto Alegre: Bookman Cia. Editora, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Progresso, 1987.
- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: estado nacional e espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MÉSZÁROS, István. *Beyond capital: towards a theory of Transition*. Londres: Merlin Press, 1995.
- NBR ISO 14001:96. *Sistema de gestão ambiental: especificações*. ABNT, 1996.
- PEARCE, D. et all. *Environmental economics*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1993.
- SANTOS, Milton. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1997.